SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/10/2015 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – Prejuízo em dobro

O setor de telecomunicações parece imune à crise, pois seus lucros só crescem. A TIM, por exemplo, viu seu lucro aumentar em 153,4% no segundo trimestre de 2015.

No entanto, a cada vez que se analisa a postura das operadoras de telecomunicações a conclusão a que se chega é a mesma: estão sempre contrárias aos interesses dos cidadãos e dos trabalhadores em telecomunicações.

Contra os usuários dos serviços de telecomunicações são as campeãs em reclamações. Contas erradas, serviços contratados e não cumpridos ou não instalados, propagandas enganosas, venda casada, velocidade contratada diferente da entregue, dificuldade em cancelar serviços, etc.

As concessionárias resistem a qualquer tipo de obrigações. São contra as novas metas de universalização estabelecidas na revisão dos contratos de concessão que irão vigorar a partir de 2016. Querem a exclusão do Artigo 19 da Consulta 25, que trata das metas de implementação da infraestrutura de rede de suporte do STFC para conexão em banda larga. O Artigo estabelece que "o Backhaul deve ser implementado em infraestrutura de fibras óticas em todos os municípios que não disponham dessa infraestrutura na data da publicação deste Decreto, com exceção dos municípios que só puderem ser atendidos via satélite, nos termos da regulamentação específica a ser editada pela Anatel".

São contra que a banda larga seja prestada em regime público. Apesar da Lei Geral de Telecomunicações afirmar que nenhum serviço considerado essencial (conforme registrado no artigo 7º do Marco Civil da Internet) pode ser prestado exclusivamente em regime privado. Com isso querem fugir das metas de universalização, qualidade, continuidade e reversibilidade dos bens, bens estes que devem voltar ao Estado ao final da concessão, em 2025.

Contra os trabalhadores do setor, fogem das negociações. Disponibilizam condições de trabalho vergonhosas e salários aviltantes na rede e nos centros de atendimento. A Telefônica, que absorveu a GVT, quer que os novos acordos sejam baseados nas piores condições existentes em cada uma das empresas. Quer dar reajuste abaixo do INPC, retirar benefícios. A TIM ofereceu zero de reajuste. A Embratel/Claro/Net, cuja data base é em setembro, até hoje não se dignou a negociar ou apresentar uma proposta para ser discutida.

Para o Instituto Telecom, os movimentos das empresas tanto em relação aos usuários quanto aos trabalhadores do setor são extremamente lesivos e representam um prejuízo em dobro.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/10/2015 - Instituto Telecom

Anatel lembra investimentos das teles nos 700 MHz; sobre OTTs, lembra que quem paga a conta é o consumidor

O presidente da Anatel repetiu, em seu discurso na abertura da Futurecom, que acontece esta semana em São Paulo, os mesmos recados que havia dado há duas semanas, durante a posse do conselheiro Aníbal Diniz. Rezende voltou a reiterar a importância da desocupação da faixa de 700 MHz para o projeto de banda larga móvel e o desligamento da TV analógica para a melhoria dos sinais de TV em todo Brasil, em uma mensagem claramente direcionada a posicionar a agência em um momento em que o governo precisa arbitrar se adiará ou não o cronograma de desligamento. "As quatro empresas realizam investimentos que permitirão a digitalização da TV aberta e também a expansão da banda larga. Esperamos modernizar a infraestrutura de telecomunicações", disse o presidente da Anatel, em referência às empresas que adquiriram o espectro de 700 MHz.

Outro aspecto reforçado por Rezende foi a relação entre as teles e os serviços OTT. O presidente da Anatel, que já havia se manifestado sobre o assunto, disse que "os OTTs provocam impactos, verdadeiras ondas de choque (no mercado de telecomunicações)". Segundo o presidente da Anatel, "os provedores querem oferecer os serviços e as empresas, com razão, reclamam da perda de receitas. É uma aparente oposição, mas todos os agentes são essenciais sob a ótica do consumidor, que quer redes robustas e serviços de qualidade". Rezende lembrou que "quem paga o tráfego de dados é o consumidor" e que os problemas estão "muito mais no modelo de negócios". Ele voltou a manifestar que, em sua posição pessoal, não cabe a interferência nos modelos de negócio.

26/10/2015 - Telesíntese

Rezende diz que há conflito aparente entre OTT e Telecom. Ministro chama ao diálogo

Para Rezende, os dois setores são essenciais, sob a ótica do usuário. Para Figueiredo,

O presidente da Anatel, João Rezeden, voltou a dar o seu recado às operadoras de telecomunicações, reunidas todas no Futurecom 2015, o maior evento do setor, sobre a sua posição contrária a qualquer tentativa de regulação dos serviços Over The Top (OTTs), como o WhatsApp, Facebook ou outros. O ministro das Comunicações, André Figueiredo, também em seu pronunciamento de abertura, preferiu um discurso mais conciliador.

- Não pode haver uma assimetria entre quem investe muito e quem é muito inovador. É preciso que eles sejam complementares, disse o ministro.

Rezende assinalou que o "conflito aparente" entre o detentor de infraestrutura e os novos agentes responsáveis pelo conteúdo é que os dois são essenciais sob a ótica do consumidor. " O consumidor exige rede robusta e conteúdo de qualidade. E ele paga pelos dados. As teles se preocupam com a perda de mercado, mas não podem apontar barreiras para que sejam criado entraves pela regulação, o mercado trará saída para isto", avalia Rezende.

Concessão.

Os dois concordaram, no entanto, que a discussão dos contratos de concessão deve ser feita e é extremamente necessária.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

26/10/2015 - Portal Vermelho

Berzoini reafirma posição do governo contra corte no Bolsa Família

O ministro-chefe da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini, concedeu entrevista coletiva após a reunião da coordenação política e afirmou que há condições de o governo fechar o Orçamento de 2016 sem cortar R$ 10 bilhões do Bolsa Família. A proposta de corte foi apresentada pelo relator do Orçamento no Congresso, deputado Ricardo Barros (PP-PR).

Berzoini concedeu entrevista após a reunião da coordenação política no Palácio do PlanaltoBerzoini concedeu entrevista após a reunião da coordenação política no Palácio do Planalto "A posição do governo evidentemente é contrária porque acreditamos que esse é um dos programas que fundamentam a questão social. A partir da sua característica não é possível simplesmente fechar a porta de entrada", afirmou o ministro, após a reunião com a presidenta Dilma Rousseff e ministros.

Berzoini salientou que a posição do governo contrária ao corte foi externada numa reunião com líderes do Congresso em que Barros estava presente. "Nós manifestamos que esse é um tema muito polêmico e deveria ser tratado de maneira mais refletida e fundamentada", disse.

"Temos que dialogar, continuar o diálogo que já existe. Vamos construir com tranquilidade. Há condições de fechar o Orçamento sem recorrer a essa iniciativa. O Bolsa Família é um programa consolidado e reconhecido mundialmente. Portanto, não é a melhor hipótese sofrer qualquer tipo de redução nas suas possibilidades financeiras", completou.

O ministro também comentou que o governo tem a expectativa de aprovar as medidas de ajuste fiscal propostas ao Congresso Nacional como forma de reduzir gastos, elevar a arrecadação e garantir, assim, o reequilíbrio fiscal, como a nova CPMF e o apoio a uma proposta que prevê a repatriação de dinheiro de brasileiros no exterior não declarados à Receita Federal.

"Nós não ignoramos as dificuldades [de aprovar essas propostas] porque são medidas que têm alguma polêmica e nós estamos convencidos de que avança na Câmara e no Senado [a ideia] sobre a necessidade de realizarmos um trabalho integrado com prefeitos, governadores, deputados e senadores para assegurar que o Brasil terá instrumentos necessários para superar as dificuldades orçamentárias nos planos federal, estados e municípios", pontuou.

Berzoini disse ainda que não se pode considerar que o Brasil vive uma situação econômica "isolada" e que as medidas de ajuste fiscal "convergem para a estabilidade" com o objetivo de reduzir a inflação, as taxas de juros e apresentar orçamento "equilibrado".

"Por isso, reunimos prefeitos [na semana passada] e vamos reunir governadores, para construir aquilo que possa ser trabalhado como um pacto pelo equilíbrio fiscal da federação. Ou seja, através de um processo de reorganização tributária e orçamentária, fazer com que isso seja crível e seja o mais simplificado possível. Isso produzirá as condições para o Brasil conquistar a credibilidade necessária para que o país volte a crescer", acrescentou.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

26/10/2015 - Vermelho

Renato: É possível alcançar um novo momento político, sem ilusões

No saldo desses últimos dez meses chegamos a uma situação de grande turbulência e desordem política no Brasil. O consórcio oposicionista, com gradação diferenciada, tenta imputar a responsabilidade de todos os males à presidenta da República, Dilma Rousseff. O Governo, por sua vez, está enfrentando uma dura realidade objetiva no plano internacional, em que a grande crise econômica sistêmica do capitalismo atinge o país em cheio.

Presidenta Dilma no lançamento do projeto Dialoga Brasil.Presidenta Dilma no lançamento do projeto Dialoga Brasil. Ao mesmo tempo, internamente, o país vive o fim de um ciclo, que exige uma transição para nova etapa de desenvolvimento nacional. Nesta complexa encruzilhada, o Governo -- empenhado na busca de nova construção econômica e política -- pode cometer erros ou equívocos.

De forma mais precisa, o governo Dilma responde a outro contexto mais complexo ainda e desafiador, que está além dos dez primeiros anos a partir de 2003.

Na verdade, tem prevalecido da parte da presidenta da República dedicação e inteira responsabilidade na busca da superação da crise política e econômica. Honesta e sincera, ela tem dado provas da sua obstinação para conhecer a realidade concreta, a fim de abrir caminho para uma nova etapa de desenvolvimento para o país, estando comprometida com a orientação de mais democracia, mais soberania e mais progresso social.

Nesse período, a maioria da elite conservadora demonstrou seu inconformismo com o resultado da eleição presidencial de 2014. Sublinho: tem sido da interira responsabilidade da oposição, a instrumentalização da crise, a exacerbação da situação econômica, incitando a desconfiança, explorando o descontentamento de certas camadas da população e levando-as à exasperação, principalmente ao ataque à presidenta da República, ao PT e, crescentemente, ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Isso ocorre, sobretudo, a partir de seus setores mais recalcitrantes da Câmara dos Deputados e do Senado e do ostensivo papel oposicionista da maioria da "grande" mídia, do próprio presidente do PSDB, de movimentos fascitóides, baseados em camadas médias abastadas.

A oposição anti-Dilma procurou infundir uma grande quimera no seio da população -- através da mídia dominante -- que destituindo a presidenta Dilma, surgiria um governo com legitimidade e tudo se resolveria. Assim, nesse tempo se dedicaram de todas as formas à conspiração golpista, em criar maneiras de burlar a Constituição, em desnaturar as conquistas democráticas. Movidos pela intolerância política e cegos pela ânsia e pelo açodamento em destituir a presidenta da República, uma liderança desse campo – Paulinho da Força -- confessou: "achamos que era muito fácil tirar Dilma do poder". O aventureirismo, a farsa embutida na sua maior consigna – o moralismo, mas em verdade, sem moral – e uma ação política que demonstra seus verdadeiros intentos aplicados na prática do "quanto pior, melhor".

Em síntese, a oposição efetivamente não tem apresentado nenhuma alternativa, nenhum projeto para o país. Sua alternativa se fixou em criar arbitrariamente um "terceiro-turno", compreendendo apenas descaracterizar a democracia e desconstruir não só o governo Dilma, mas o próprio país.

Fazem tudo pela sua volta ao centro do poder, seguindo à risca a ideologia clássica lacerdista do "vale tudo, sim, pelo poder".

Leia mais em:

http://www.vermelho.org.br/noticia/271941-1

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

20/10/2015 - Rede Brasil Atual

'Lista suja' do trabalho escravo é constitucional, afirma Janot

Para procurador-geral da República, informações são de "inegável interesse público". Ele também não vê legitimidade em associação que contestou lista no tribunal

A chamada "lista suja" do Ministério do Trabalho, que cita empresas relacionadas com a prática do trabalho escravo, é constitucional, segundo parecer do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, divulgado hoje pela PGR. O documento foi enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), que aprecia uma ação direta de inconstitucionalidade contra portarias interministeriais que estabelecem regras para inclusão de pessoas jurídicas no cadastro. Janot, inclusive, não reconheceu legitimidade na entidade que entrou com a ação, a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) – que no final de 2014 conseguiu suspender a divulgação da lista, por decisão liminar – por não provar sua representatividade nacional.

Para Janot, o enfoque da ação não é o mais correto para o conteúdo da Portaria Interministerial 2, de 12 de maio de 2011. "Trata-a como se fosse instrumento de punição precoce e ilegal de empresas autuadas por órgãos federais, sem que elas possam ter oportunidade de defender-se. Essa visão, contudo, não corresponde à realidade nem aos fins do ato", diz o procurador-geral. Por meio dessa portaria, como ele acrescenta, o Ministério do Trabalho e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, "em face da gravidade profunda das práticas que reduzem trabalhadores a condição análoga à de escravo (em sua concepção contemporânea, bem entendido), deliberaram consolidar ações estatais e divulgá-las para conhecimento público, uma vez que se trata, indubitavelmente, de informações de interesse coletivo e geral".

Assim, o objetivo seria "facilitar ao cidadão e aos agentes econômicos dados sobre empregadores em geral (não apenas os de zona rural) que hajam infringido a legislação trabalhista em um de seus núcleos jurídico-axiológicos mais relevantes". O procurador-geral lembra que as autuações às empresas não são sigilosas, "por não haver razão para isso nem norma legal que lhes imponha sigilo".

Ainda de acordo com Janot, a lei determina como dever de órgãos e entidades públicas promover informações de interesse coletivo em local de fácil acesso, sendo obrigatória a divulgação na internet. "Cuida-se, portanto, apenas de mecanismo destinado a realizar as normas constitucionais sobre publicidade, transparência e acesso à informação, que em nada contraria e em tudo cumpre os preceitos constitucionais correspondentes."

Ele lembra também que o Brasil é signatário de tratados e convenções internacionais sobre trabalho escravo ou forçado. "Partindo dessa premissa, não prospera a alegação que a Portaria Interministerial 2/2011 se fundamenta diretamente no texto constitucional, pois há inúmeros acordos internacionais firmados pelo Brasil sobre o tema, aos quais não se pode negar eficácia interna", sustenta.

Alegar prejuízo moral não é justificativa para pedir sigilo, acrescenta o procurador-geral. Janot afirma que as informações "se revestem de inegável interesse público, seja como instrumento de prevenção desses gravíssimos ilícitos, que atentam contra as liberdades mais fundamentais do ser humano, seja para que outras empresas avaliem a conveniência de contratar com aquelas, a fim de não alimentar o ciclo desumano de exploração encontrado pela fiscalização do trabalho nesses casos". Ele faz menção a "cadastros nacionais que garantam exercício da cidadania".